

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

LENE TEIXEIRA SOUSA GONÇALVES

Cabeça Feita

Criação de espaços para Formação Política de jovens na Faixa Etária de 12 a 18 anos

São Paulo

2014

LENE TEIXEIRA SOUSA GONÇALVES

Cabeça Feita

Criação de espaços para Formação Política de jovens na Faixa Etária de 12 a 18 anos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas, pela Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Orientador: Rafael Balseiro Zin

São Paulo

Abril de 2014

Dedico este trabalho a minha família, amigos e amigas, companheiros e companheiras de jornada que suportaram mais uma tarefa nesta vida bela e louca que levo. Estes suportaram ausência, impaciência e estresse. Deram-me as mãos, compartilharam sonhos e contribuíram para sistematizar este projeto que minha utopia já havia produzido. Ele estava prontinho em meu coração e mente que sempre acreditou na juventude, na força transformadora do ser humano, na dialética e beleza da vida.

Meu Tutor Rafael Balzeiro Zin, cuja jovialidade inspiradora só confirma que este projeto “Cabeça Feita” pode contribuir com a sociedade inspirada na cultura, na beleza do ser e se fazer gente. Ele não me deixou desistir no meio do caminho.

Leonardo Boff, Paulo Freire e grandes filósofos cuja existência e produção nos faz pensar e desafiar estruturas que trabalham cotidianamente para sufocara beleza do existir. “Seguramente não podemos viver sem pão, mas também é impossível existir sem beleza”
Dostoiewski

A meu Deus princípio, meio e fim de minha existência e de cada um a quem dedico este trabalho, meu mais profundo agradecimento e pedido de força e caminho pra concretizá-lo.

RESUMO

O projeto “Cabeça Feita” promove uma reflexão acerca da realidade da juventude brasileira que sofre as consequências da globalização neoliberal, da ideologia do pensamento único, cujo modelo econômico de mercado se coloca acima da vida, expondo a juventude a índices alarmantes de violência e morte ainda em tenra idade. Considera que a falta de ambiente adequado que favoreça o processo de conscientização política cidadã dos jovens se manifestam não só em seus atos e atitudes, como também na visão que os adultos e o estado têm daqueles. Através de uma escolha essencialmente política fundamentada pela pedagogia freireana, propõe-se construir alternativas de intervenção que provoque mudanças de atitude da juventude para consigo mesma e do estado para com esta, deixando clara a necessidade de associar o cuidado como marca indelével capaz de despertar a juventude para a vida cidadã, cuja participação política consciente, faça compreender as diferentes leituras de mundo presente na sociedade. Pretende promover a reflexão que possibilite ao jovem compreender as raízes históricas da situação de miséria e exclusão em que vive boa parte da população para que além de produzir consciência crítica da marginalização que muitas vezes lhe é imposta, possa este no exercício consciente da cidadania intervir sobre esta realidade para transformá-la.

Palavras-chave:

Criação de espaço; juventude; consciência política; cidadania

ABSTRACT

The " Head Made " project promotes a reflection on the reality of Brazilian youth who

suffer the consequences of neoliberal globalization , the ideology of one thought , whose economic model of market stands above life , exposing youth to alarming levels of violence and death at an early age. Considers that the lack of proper environment conducive to the process of political awareness of young citizens are manifested not only in their actions and attitudes , as well as the vision that adults have and the state of those . Through an essentially political choice justified by Freire's pedagogy , it is proposed to construct alternative intervention that causes changes in attitude of youth to herself and the state towards this , making clear the need to involve careful how indelible mark capable of awakening the youth for civic life , whose conscious political participation do understand the different perceptions of the world in this society. Aims to promote reflection that enables the young to understand the historical roots of the situation of poverty and exclusion in which much of the population lives so that in addition to producing critical awareness of marginalization that is often imposed on her , this may in the conscious exercise of citizenship intervene on this reality to transform it .

Keywords: Creating space; youth; political awareness; citizenship

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Metodologia
3. Desenvolvimento
 - 3.1- Cidadania
 - 3.2- Educação para a cidadania
 - 3.3- Importância da educação de jovem e adolescente para a cidadania
 - 3.4- Doutrina da Proteção Integral
 - 3.5- Projeto Cabeça Feita
4. Conclusão
5. Referências Bibliográficas

1. Introdução

A falta de ambiente adequado que favoreça o processo de conscientização política cidadã de adolescentes é notadamente percebida não só em seus atos e atitudes, como também na visão que muitos adultos e o estado têm daqueles.

É comum no mundo dos adultos e mesmo de setores da juventude o jovem adolescente ser tratado como um ser sem competência crítica, social e política, a partir de um “conceito” produzido pela classe dominante através dos meios de comunicação de massa e também pelo modelo educacional que deixa à margem, a cultura emancipatória do jovem.

Diante desse cenário e dos tristes índices das pesquisas envolvendo jovens e adolescentes é que se torna urgente a criação de estratégias e espaços que ofereçam aos adolescentes condições adequadas para o seu desenvolvimento social e político.

Giroux (1997) avalia que, ao mesmo tempo em que o adolescente é colocado às margens do poder político é abordado como um problema social ou uma ameaça a si próprio e a sociedade, vinculado à violência, às drogas e a uma sexualidade irresponsável, ele é também foco de fascinação e desejo dos adultos, e símbolo de esperança e futuro. A realidade dos jovens e adolescentes brasileiros está frequentemente estampada nos jornais e revistas do país, desde sempre. Em matéria recentemente publicada pelo site UOL, 22/04/2013, afirma-se que: “Os atos inflacionais praticados por adolescentes aumentaram aproximadamente 80% em 12 anos, ao subir de 8.000, em 2000, para 14,4 mil, em 2012 - diferentemente do que ocorre em relação aos crimes praticados por maiores de 18 anos, que vêm diminuindo na última década na cidade de São Paulo”.

Ainda nessa mesma matéria, o promotor de Justiça Thales de Oliveira, que atua na Vara da Infância e Juventude de São Paulo, em sua defesa pela redução da maioridade penal, afirma que: "Desde a definição dessa idade penal aos 18 anos, o jovem brasileiro mudou muito, houve uma evolução da sociedade e hoje esses adolescentes ingressam mais cedo no crime, principalmente o mais violento. Nas idades entre 13 e 15 anos os casos [de crimes mais violentos] ainda são exceção".

Segundo, pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada em 17/10/2013, “Pelo menos 36.735 brasileiros de entre 12 e 18 anos serão assassinados até 2016, maior nível desde que o índice começou a ser medido em 2005, quando a taxa era de 2,75 adolescentes assassinados por cada mil.

Diante desse cenário, torna-se urgente a criação de estratégias e espaços que ofereçam condições adequadas para o desenvolvimento social e político da juventude. Ao mesmo tempo, o processo de sua formação ganha cada dia mais significativa relevância, pois deste resulta sua participação cidadã e coletiva, além de possibilitar o surgimento de indivíduos culturalmente íntegros e conscientes de seus direitos e de sua responsabilidade sociopolítica.

Para Freire (1967) é possível humanizar as relações individuais por meio do resgate histórico da liberdade. Para ele, é preciso desalienar os indivíduos para que surja a esperança de um mundo livre e mais justo.

A ideia de Freire confirma o que já havia sido explorado pelo filósofo grego Platão, que acreditava em uma liberdade alcançada por meio da verdade e do conhecimento, e que somente isso o livraria da escuridão e da ignorância. A República, livro em que se encontra a Alegoria da Caverna, o conhecimento tem um papel não só libertador, mas de precursor da cidadania. Em análise à obra Kohan, por exemplo, (Kohan, 2003, p. 58-59) diz que há uma “tentação de fazer da educação uma tarefa eminentemente política e da política o sentido final de uma educação. (...) a educação teria o papel de politizar os novos, para fazê-los participantes de uma polis (...) educa-se a serviço de uma política”.

Nesse contexto, a utilização de espaços, que favoreça ao jovem um canal potencializador da consciência crítica dos indivíduos, a Educação para a Cidadania se torna uma das dimensões fundamentais para efetivação dos direitos, tanto na educação formal quanto na educação informal ou popular e nos meios de comunicação. Esta proposta é também sustentada e se encaixa dentro da visão de Tavares (2001) que afirma “O homem é um ser, ao mesmo tempo natural e cultural, que deve ser educado pela sociedade”.

2 Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo para desenvolvimento do projeto “Cabeça Feita” se baseia na análise de dados e informações de órgãos oficiais de governos, imprensa e publicações de teses, artigos acadêmicos sobre a realidade da juventude brasileira. Foi adotada também como fonte de pesquisa e sustentáculo da proposta, durante a elaboração do estudo a revisão bibliográfica disponível na internet e livros sobre os princípios do Método Paulo Freire de educar: educar para libertar por meio da ampliação

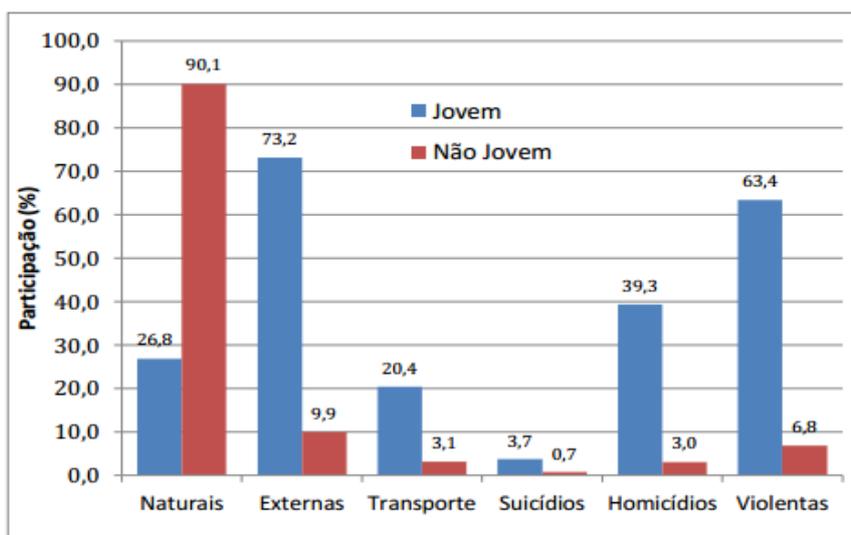
da visão de mundo. Essa pedagogia que trás em sua essência a beleza das ações essencialmente política.

3. Desenvolvimento

A necessidade de autoafirmação inerente a jovens adolescentes faz com que os mesmos sejam alvo fácil para a prostituição, drogas e seu tráfico. Aliado a isso, encontra-se o “conceito” produzido pela classe dominante, através dos meios de comunicação de massa que o adolescente não tem competência crítica, social e política. A falta de espaço, que favoreça a educação para a cidadania através de temas e recursos atrativos e que assegurem a permanência de jovens e adolescentes, ajudando-os a se tornarem atores ativos na sociedade, faz com que o índice de violência envolvendo-os seja assustador.

No último censo realizado no Brasil (2010) foram totalizados 33. 213.588 jovens adolescentes entre 12 e 18 anos. Segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do SUS, dos óbitos registrados nessa faixa etária, 73,2% são atribuídos a causas externas. Desses, 39,3% a homicídios, 20,4% a acidentes de trânsito e 3,7% a suicídios.

Gráfico 2.1.2. Participação % das causas de mortalidade. População Jovem e Não Jovem. Brasil. 2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

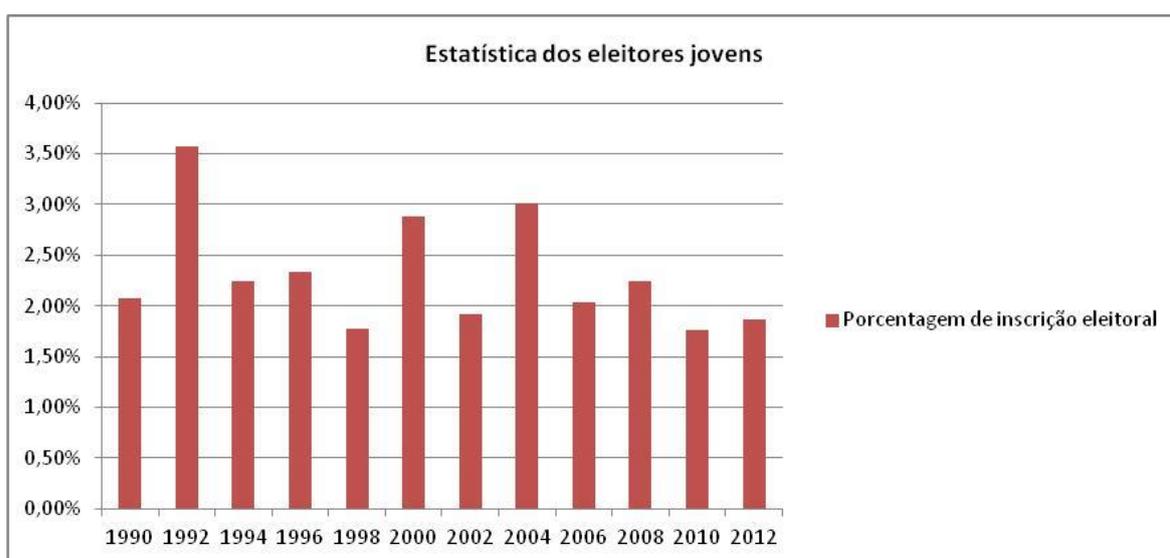
A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012 – PNSE - revelou que 7,3% dos 3.153.314 estudantes do nono ano do ensino fundamental em todo Brasil usaram, pelo

menos uma vez, drogas ilícitas, como crack, maconha, cocaína, cola, loló, lança perfume ou ecstasy, em 2012.

A PNSE entrevistou mais de cem mil adolescentes em 2.842 escolas de todo o país para colher informações sobre hábitos, modos de vida dos estudantes brasileiros, aspectos do ambiente escolar e fatores de risco e proteção à saúde.

As manifestações de junho de 2013 em todo país serviram para demonstrar a carência que jovens adolescentes encontram de oportunidades para se posicionarem diante dos problemas que os rodeiam. Contribuíram também para demonstrar que os jovens não estão preparados para enfrentar politicamente estes problemas. A maioria da juventude não possui formação suficiente para abrir, por si só, espaço de discussão sobre a política, para reivindicar direitos e, inclusive, não se acha portadora de deveres para com o coletivo.

A falta de oportunidade para se descobrirem como atores ativos de mudanças se manifesta nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com relação ao interesse dos jovens adolescente de 16 e 17 anos nas eleições. Após a grande mobilização nacional com o movimento “Fora Collor” em 1992, eles chegaram a 3 milhões e 200 mil, correspondentes a 3,6% do eleitorado brasileiro, mas caíram para pouco mais de 2 milhões, ou 2,2% do eleitorado, na eleição presidencial de 1994. Os dados mais atualizados do Tribunal Superior Eleitoral mostram que em 2010, apenas 424 mil jovens de 16 anos e 1 milhão 608 mil de 17 anos, totalizando 2 milhões e 30 mil adolescentes estavam dispostos a ir às urnas.



Fonte TSE

3.1 Cidadania

Segundo Almeida (2010),

Os antigos gregos já entendiam a educação dos jovens como algo que não visava uma finalidade particular, fosse ela a aprendizagem de uma dada arte ou de um dado ofício. Ao invés, a *paideia* consistia antes em ajudar a formar seres humanos completos, isto é, facultar aos jovens os conhecimentos que lhe permitissem desenvolver não apenas uma parte das suas capacidades, mas todas aquelas que os definem como seres humanos. A ideia era, acima de tudo, formar seres humanos livres.

Loureiro, citado por Gorczewski, e Martin, assim define “pode-se afirmar que cidadania é o direito a ter direitos, além do dever de lutar por estes. Não é só isso, porém, cidadania também representa a necessidade de reconhecimento de novos direitos”.

Garcia y Lukes consideram a cidadania como uma conjunção de três elementos:

- 1) a garantia de certos direitos, assim como a obrigação de cumprir certos deveres para com uma sociedade específica;
- 2) pertencer a uma comunidade política determinada (normalmente um Estado); e
- 3) a oportunidade de contribuir na vida pública desta comunidade através da participação.

Para Freire (1967), a cidadania surge a partir do momento em que o indivíduo toma consciência de sua história. E, assim, se torna consciente de sua cidadania, de seus direitos, de seus deveres e da sua participação e inclusão da vida comum em sociedade. A importância de se educar para a cidadania, por meio de uma educação dialógica, humana e libertadora. dialógica, se dá na contribuição em formar uma sociedade aberta e crítica, ou seja, com características democráticas, construída a partir da realidade histórico-cultural brasileira.

3.2 - Educação para a cidadania

Para Boto (1999),

(...) a preocupação com a educação para a cidadania, no Brasil, remonta à Constituição de 1823. Parece curioso que em pleno Império já se fizesse

presente entre nós um conjunto de ideias em torno da universalização dos direitos, influenciada pelo coetâneo movimento da ilustração francesa. Embora esse avançado ideário tenha alcançado seu lugar na letra da lei, na realidade ainda predominava a configuração de uma sociedade escravocrata e excludente, na qual apenas os homens livres e proprietários desfrutavam de direitos devido ao sistema censitário imperial. Esse sistema vigorou durante o Segundo Reinado e tinha sido definido pela Constituição de 1824, a qual assegurava o direito de votar e ser votado, participar da Câmara e do Senado, apenas àqueles cidadãos que se enquadrasse em determinados níveis de renda. Não obstante, tanto os constituintes de 1823, quanto os de 1824 preconizavam a disseminação de escolas, ginásios e universidades, bem como a garantia da gratuidade do ensino público, apesar de omissos no que respeita à matéria obrigatoriedade.

Para Galvão,

A educação para a cidadania pretende fazer de cada pessoa um agente de transformação. Isso exige uma reflexão que possibilite compreender as raízes históricas da situação de miséria e exclusão em que vive boa parte da população. A formação política, que tem no universo escolar um espaço privilegiado, deve propor caminhos para mudar as situações de opressão. Muito embora outros segmentos participem dessa formação, como a família ou os meios de comunicação, não haverá democracia substancial se inexistir essa responsabilidade propiciada, sobretudo, pelo ambiente escolar.

Para Zenaide e Tosi (2010), a educação para a cidadania se insere num movimento pluralista, polissêmico, vário, polêmico, divergente, mas um movimento histórico concreto, aliás o único movimento que tem uma linguagem, uma abrangência, uma articulação, uma organização que supera as fronteiras estaduais, tanto horizontalmente (as redes) como verticalmente (do bairro às Nações Unidas).

3.3 - Importância da educação de jovem e adolescente para a cidadania

Para Demo (1955), a educação para a cidadania se reflete na eliminação da pobreza política, que se encontra na raiz da ignorância que impõe a condição de massa de manobra. Sobretudo, a quem é coibido o direito de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto. Entende justiça como destino. Faz a riqueza do outro

sem dela participar. Para ele, somente em uma sociedade organizada politicamente, a cidadania pode ser considerada como “raiz dos direitos humanos”, pois é a partir dela que é possível reivindicar direitos e de se chegar à promoção do bem-estar coletivo e da efetividade dos direitos humanos.

A importância de se educar para a cidadania, dentro do conceito de Paulo Freire(1967), por meio de uma educação dialógica, humana e libertadora. dialógica, se dá na contribuição em formar uma sociedade aberta e crítica, ou seja, com características democráticas, construída a partir da realidade histórico-cultural brasileira.

Cecília Peruzzo, citada por Galvão, ressalta a importância histórica da educação para a cidadania em sua contribuição para alterações no campo da cultura política, por meio da ampliação do espectro da participação política, não só em nível macro do poder político nacional, mas incrementando-a a partir do micro, da participação em nível local, das organizações populares, e contribuindo para o processo de democratização e ampliação da conquista de direitos de cidadania.

Incorporando os conceitos de Gramsci(1992), que reconhece e ratifica a importância da figura humana mais experiente no processo de mediação e produção social do saber, o processo educativo proposto pretende se focar no jovem de 12 a 18 anos.

Onde quer que exista um grupo de companheiros, deve surgir uma escola de partido; elementos mais velhos e mais experientes dever ser os instrutores dessas escolas, participar sua experiência aos mais jovens, contribuir para elevar o nível cultural das massas. Claro, não é através desses meios pedagógicos que o grande problema histórico da emancipação espiritual da classe operária poderá ser resolvido; mas não é a solução utopista desse problema que estamos propondo [...] Queremos formar companheiros operários capazes de um trabalho prático e não apenas de gritar “Viva a revolução”. (Gramsci, trad. Nosella, 1992 p.55).

3.4 - Doutrina da Proteção Integral

Os primeiros indícios da Doutrina da Proteção Integral estão dispostos na Declaração de Genebra, 1924, aprovada pela Liga das Nações (precedente da ONU), que reconheceu os direitos da criança. Ele não pode ser reconhecido como marco fundador

dessa doutrina por diferenciar o tratamento de órfãos e abandonados. (Custódio, 2006, p. 125-126)

Ao final segunda grande guerra mundial 1946, o mundo se deparou com uma grande quantidade de crianças que precisavam ser amparadas. Essa realidade motivou a criação da *United Nations International Child Emergency Fund* (Unicef) a primeira organização internacional voltada aos cuidados com a infância. Sua criação foi aprovada pela Resolução 57 da Assembleia Geral das Nações Unidas, com fulcro no arts. 55 e 56 da Carta das Nações Unidas. (Souza, 2001, p. 97)

Em 1959, a Declaração dos Direitos da Criança estabelece os princípios como o da prioridade absoluta e o status de sujeitos de direitos, trazendo a Doutrina da Proteção Integral das Nações Unidas para a infância, que mais tarde tornar-se-á fundamento obrigatório de análise nesse campo.

Em 1989, é aprovada na ONU a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança constituindo um instrumento jurídico internacional para a defesa e proteção dos Direitos da Criança, visto que após ser ratificado pelos países passa a ser exigível jurisdicionalmente.

No Brasil, a Doutrina da Proteção Integral, que assegura os princípios do jovem e adolescente e o de sua condição especial de pessoa em desenvolvimento, é expressa com clareza no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelece como dever “da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão”.

3.5 - Projeto Cabeça Feita

O projeto Cabeça Feita se propõe ser alternativa para efetivação do cumprimento da Doutrina ao propiciar a jovens adolescentes a oportunidade de fazer sua própria leitura de mundo, trocar experiências, compartilhar saberes e se posicionar diante da vida autonomamente. Com base na educação popular, fundamentada no referencial teórico-metodológico freiriano, em que a concepção de educação, realizada por meio de processos contínuos e permanentes de formação e com a intencionalidade de transformar a realidade

a partir do protagonismo dos sujeitos, que permitam a leitura do mundo, o aprofundamento teórico e a elaboração de estratégias de ação: a prática reflexiva que possibilitam a recriação permanente do legado de Paulo Freire em espaços como oficinas, jornadas e grupos de estudos e de trabalho, encontros e intercâmbios, como também a participação em seminários, debates e campanhas.

Na atualidade, para retirar os jovens adolescentes da apatia e trazê-los para o debate é preciso competir com a tecnologia e dela se utilizar, quando necessário. A pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) realizada no Brasil em 2010, com crianças/adolescentes de 9 a 16 anos, revela que a frequência de uso da Internet é elevada: 47% usam a Internet todos os dias ou quase todos os dias. O uso da Internet por esse perfil ocorre em uma variedade de locais. Destaque para o uso na escola (42%), no domicílio (40% dos entrevistados utilizam a Internet na sala de casa ou outro ambiente coletivo do domicílio), na *lan house* (35%) e pelo celular, que é citado por 18% dos usuários de 9 a 16 anos.

Assim, para que a tão necessária educação cidadã aconteça, é preciso apresentar uma proposta mais atraente do que mundo cibernético, onde as relações são virtuais e o repasse de conhecimento não costuma acontecer de forma integral e verdadeira, mas onde os jovens passam boa parte de seus dias.

Um projeto dessa envergadura requer uma leitura consistente da situação em que se encontram os jovens adolescentes e vontade política de oferecer oportunidade para mudanças na realidade em que vivem. Significa ter interesse em conhecer os cenários, seus personagens-sujeitos, suas ações e intenções e dar-lhes oportunidade de construir e desconstruir coletivamente, utilizando, entendendo e definindo novos conceitos que partam da objetivação de suas ideias, da constatação de sua realidade e da concretização de seus direitos.

Assim, o “Projeto Cabeça Aberta” estará sustentado em três pilares:

1. Da cidadania pela organização de atividades que promovam a elevação da consciência política, a participação ativa, a organização, mobilização e formação de lideranças juvenis;
2. Da convivência por se caracterizar como espaço de convivência, encontro e de pertencimento, numa dinâmica que combine liberdade e respeito;

3. Da formação por meio das atividades da aprendizagem no âmbito das relações pessoais e da produção cultural.

Para que a implantação do “Projeto Cabeça Feita” possa ser realizada com aceitação, acolhimento, respeito e colaboração da comunidade local, tornam-se necessário uma boa articulação entre o Poder Público, escolas, igrejas, agentes comunitários e profissionais envolvidas no projeto. Também é preciso assegurar que as políticas públicas voltadas aos jovens adolescentes sejam integradas, respeitando suas realidades locais, ofertando material, equipamentos e equipes multidisciplinares formadas por psicólogos, pedagogos, educadores físicos e sociais, professores de arte cênica e danças para desenvolvimento de ações socioeducativas planejadas.

Os espaços físicos e horários de execução do projeto deverão ser adequados à realidade de cada comunidade. Observando que é o projeto que tem que se adequar ao jovem e adolescente e não o contrário.

Para viabilidade financeira do projeto, o ideal é o estabelecimento de parceria envolvendo o Poder Público e setores empresariais por meio de incentivo fiscal ou patrocínio que garantam o custeio integral e permanente do projeto. A análise de custo-benefício tanto para os cofres públicos como todos os setores da sociedade, sem sombra de dúvida, será positivo, haja vista que os objetivos alcançados pelo projeto provocará a quebra dos paradigmas e, conseqüentemente, mudanças de atitude que refletirá diretamente na redução da violência envolvendo jovens adolescentes. Além desse grande benefício, a cidade de Ipatinga poderá contar com mais jovens adolescentes conscientes de seus direitos e deveres para com si mesmos e a sociedade como um todo.

Um fator que pode vir a inviabilizar o projeto é a colocação de profissionais não capacitados e preparados nas para trabalhar e compartilhar com jovens adolescentes propostas da pedagogia do cuidado, da pedagogia da esperança desenvolvida por Freire que diz: “ Ensinar é inserir-se na história: não é só estar na sala de aula, mas num imaginário político mais amplo”. O sucesso desse projeto está justamente na realização das atividades em espaços livres que permitam a todos transitar e se sentirem livres para questionar, atuar, aprender e ensinar a lições da vida e da luta cotidiana para fazer florescer a plena cidadania.

4 - CONCLUSÃO

Pensar a formação política de jovens adolescentes, em momentos permeados de incertezas, com mudanças de paradigmas do fazer político e da vida em sociedade como a atual, exige abertura para o novo. Torna-se imperativo o diálogo crítico em que o propósito de resgatar valores essenciais ao ser humano esteja ancorado no questionamento da realidade.

Nesta perspectiva, a práxis da pedagogia freireana que busca sempre equilibrar teoria/prática, reflexão/ação/reflexão, texto/contexto pode ser aplicada quando se deseja alcançar a juventude no meio em que ela se encontra inserida. Sabendo que muitas vezes estas são vistas e tratadas como cantado pelos Engenheiros do Haváí: “nesta terra de gigantes que trocam vidas por diamantes a juventude é uma banda numa propaganda de refrigerantes”.

A própria juventude deve se perceber e se refazer diferente do cantado nesta música. Ao mesmo tempo cabe aos adultos reconhecer a dívida histórica que o Estado brasileiro possui com este importante segmento da sociedade e estabelecer, a partir daí, uma nova lógica no tratamento e cuidado para com estes. A participação dos jovens adolescentes enquanto interlocutores coparticipes da elaboração e implementação das ações propiciadoras da construção/ocupação destes espaços de formação política converge na práxis da pedagogia freiriana que entende as relações sociais produtoras de sociabilidade humana.

O Projeto “Cabeça Feita” ao oferecer oportunidades para que jovens e adolescentes tome consciência de sua história na perspectiva da pedagogia do oprimido quer associar o cuidado, como marca profunda capaz de despertá-lo para a vida cidadã cuja participação política consciente, o faça compreender as diferentes leituras de mundo presente na sociedade.

Sua cabeça feita há de ser resposta consciente, desalienante forjada num modelo de relação interpessoal onde se concretize a afirmação de Leonardo Boff, “somente aquilo que passou por uma emoção, que evocou um sentimento profundo e provocou cuidado em nós, deixa marcas indeléveis e permanece definitivamente.”

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Aires, **Educação para a Cidadania?** Disponível em <http://criticanarede.com/cidadania.html>, acessado em 15 abr. 2014
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1998: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1998. 21. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm, acesso em 15 abr. 2014
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012 – PNSE**, disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2012/>, acesso em 15 abr. 2014
- BOTO, C. **A escola primária como tema do debate político às vésperas da República**. Revista Brasileira de História. v. 19, n. 38, São Paulo, 1999.
- CUSTÓDIO, André Viana. **A Exploração do Trabalho Infantil Doméstico no Brasil Contemporâneo: limites e perspectivas para sua erradicação**. 2006. 282 f. Tese. (Doutorado em Direito), Curso de Pós-Graduação em Direito, Programa de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- DESMARIAS, Margareth Neves, **O Método Paulo Freire e as contribuições político-pedagógicas para a educação brasileira**, disponível em <http://acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/3441#page/7/mode/1up>, acessado em 25 fev. 2014
- FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967, 32ª impressão
- GALVÃO, Roberto Carlos Simões, **Educação para a cidadania: o conhecimento como instrumento político de libertação**, disponível em http://www.educacional.com.br/articulistas/outrosEducacao_artigo.asp?artigo=artigo0050, acessado 15 abr. 2014
- MONTEIRO, Marília, **CGI.br lança resultados da primeira pesquisa TIC Kids Online Brasil**, disponível em <http://observatoriodainternet.br/cgi-br-lanca-resultados-da-primeira-pesquisa-tic-kids-online-brasil>, acessado em 15 abr. 2014

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

PERALVA, Angelina. A violência brasileira entre o crescimento da igualdade e fragilidade institucional. In: LEVISKY, D. L. org. **Adolescência e Violência: Ações Comunitárias na Prevenção**. 2.ed. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2002. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=HTT2QAE_ofcC&pg=PA25&dq=%22Angelina+Peralva%22&hl=pt-R&sa=X&ei=70BjUuKPJlia9gSBqoCAAQ&ved=0CDAQ6wEwAA#v=onepage&q=%22Angelina%20Peralva%22&f=false Acesso em 20/10/2013

SITE UOL, **Número de jovens envolvidos em crimes justifica redução da maioria, defende promotor**, disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/04/22/aumento-do-numero-de-jovens-envolvidos-em-crimes-justifica-reducao-da-maioridade-penal-defende-promotor.htm>, acessado em 15 abr.2014

SOUZA, Sérgio Augusto Guedes Pereira de. **Os Direitos da Criança e os Direitos Humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2001.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e TOSI Giuseppe, **O Que é Educação para a Cidadania?**,2010. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/tosi/tosi_naza_oqe_educ_cidadania.pdf, acessado em 15 abr. 2014